

INST.FED.MATO GROSSO/CAMPUS CONFRESA

## Termo de Referência 15/2026

### Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
15/2026	158496-INST.FED.MATO GROSSO/CAMPUS CONFRESA	MARCIANO DE OLIVEIRA	16/04/2026 10:13 (v 0.11)
<b>Status</b>			
CONCLUIDO			

### Outras informações

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23193.000241.2026-81

### 1. Definição do objeto

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes e entrega em pleno funcionamento de solução de videomonitoramento por Circuito Fechado de Televisão (CFTV), correspondente à primeira etapa de implantação do sistema de segurança eletrônica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Confresa.

1.2. A contratação compreende solução integrada, com fornecimento de bens e serviços de instalação, em lote único, em razão da necessidade de integração e compatibilidade técnica entre os componentes do sistema.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021.

1.4. O prazo para o fornecimento e instalação será de até 30 dias, contados a partir da emissão da nota de empenho.

### 2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de implantação da primeira etapa do sistema de videomonitoramento do IFMT – Campus Confresa, com o objetivo de ampliar gradualmente a segurança patrimonial e institucional, permitindo a validação técnica da solução e futura expansão para outras áreas da unidade.

2.2. O sistema de videomonitoramento constitui ferramenta estratégica para o fortalecimento da segurança patrimonial e institucional do IFMT – Campus Confresa, considerando a extensão territorial da unidade, a necessidade de monitoramento contínuo das áreas acadêmicas, administrativas e de convivência, com vistas à prevenção de ocorrências, à proteção do patrimônio público e à ampliação da segurança da comunidade acadêmica.

A solução proposta contempla a implantação de sistema integrado de videomonitoramento com tecnologia IP, incluindo fornecimento, instalação, configuração e entrega em pleno funcionamento de 40 (quarenta) câmeras, distribuídas em pontos estratégicos do campus, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

A contratação permitirá:

- I – proteção do patrimônio público e dos bens institucionais;
- II – prevenção e inibição de atos de vandalismo, furtos e invasões;
- III – monitoramento das áreas de circulação interna e externa;
- IV – apoio às atividades de segurança institucional;

- V – registro e armazenamento de imagens para fins de auditoria e apuração de ocorrências;
- VI – integração entre vigilância presencial e segurança eletrônica;
- VII – ampliação da capacidade de resposta a incidentes de segurança.

2.3. A implantação de sistema de CFTV possibilita monitoramento contínuo e armazenamento de imagens, permitindo maior controle operacional e contribuindo para a preservação da integridade física da comunidade acadêmica.

2.4. A demanda encontra-se formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD), integrante do processo administrativo correspondente.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10784782000150-0-000004/2026

II) Data de publicação no PNCP: 18/04/2025

III) Id do item no PCA: 251

IV) Classe/Grupo: 6350 - SISTEMAS DIVERSOS DE SINALIZAÇÃO, ALARME E DETECÇÃO PARA SEGURANÇA

V) Identificador da Futura Contratação: 158496-72/2026

### 3. Descrição da solução

3.1. A solução proposta consiste na implantação da primeira etapa do sistema integrado de videomonitoramento eletrônico (CFTV – Circuito Fechado de Televisão), baseado em tecnologia digital IP, destinado à ampliação gradual da segurança patrimonial, ao monitoramento das áreas institucionais prioritárias e ao apoio às atividades de vigilância do IFMT – Campus Confresa.

3.2. A solução consiste na implantação de sistema de videomonitoramento baseado em tecnologia IP, contemplando:

- câmeras de alta definição;
- gravador de vídeo em rede (NVR);
- dispositivos de armazenamento;
- switches PoE;
- infraestrutura de cabeamento estruturado;
- equipamentos de proteção elétrica (nobreak);
- softwares de gerenciamento.

3.3. O sistema deverá possibilitar, no mínimo:

- monitoramento em tempo real;
- gravação contínua ou por detecção;
- armazenamento mínimo de **30 dias**;
- acesso controlado por usuários;
- exportação de imagens;
- registro de logs.

3.4. A solução deverá contemplar o fornecimento, instalação, configuração e testes dos equipamentos necessários para esta etapa de implantação do sistema, incluindo a infraestrutura de rede e os serviços de implantação, garantindo a entrega do sistema em perfeito funcionamento.

3.5. O sistema deverá possibilitar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- I – monitoramento remoto das imagens em tempo real;
- II – gravação contínua e/ou programada das imagens capturadas;

VI – acesso às gravações para fins de consulta, auditoria e apoio às atividades de segurança institucional.

3.6. O sistema deverá operar de forma integrada com a infraestrutura de rede existente no campus, observando os padrões técnicos de conectividade, segurança da informação e boas práticas de cabeamento estruturado adotados pela instituição.

3.7. A distribuição dos equipamentos e o posicionamento das câmeras deverão seguir a imagem de Pontos de Instalação, elaborado pela área demandante a seguir, no qual estão indicados os locais previstos para instalação das câmeras e demais equipamentos do sistema de videomonitoramento, com a finalidade de garantir cobertura adequada das áreas monitoradas:



3.8. Após a conclusão da instalação desta etapa do sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV, a solução será operada diretamente pela equipe do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Confresa, não sendo objeto desta contratação a prestação de serviços de monitoramento remoto.

3.8.1. A responsabilidade da contratada limita-se ao **fornecimento dos equipamentos, materiais, infraestrutura necessária, instalação, configuração, testes, treinamento e entrega do sistema em pleno funcionamento**, conforme especificações deste Termo de Referência.

3.8.2. Os valores estão descritos nos anexos a este Termo de Referência (Planilha de estimativa de preços e mapa de preços)

### 3.9 Especificação dos equipamentos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT	QUANTIDADE
1	Serviço de instalação completa do sistema de CFTV, incluindo passagem de cabeamento, instalação de câmeras, configuração do NVR, testes e entrega do sistema em funcionamento	Serviço	21660	1
2	Câmera IP tipo Bullet, resolução mínima 2MP, lente 2.8mm, visão noturna, compatível com padrão ONVIF, Intelbras ou equivalente técnico"	UND	628194	40
3	NVR 32 canais IP, compatível com câmeras ONVIF, suporte a gravação Full HD, Intelbras ou equivalente técnico	UND	635684	1
4	Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at, com uplink gigabit, Intelbras ou equivalente técnico	UND	632027	1
5	Switch PoE 8 portas, padrão IEEE 802.3af/at, com uplink gigabit, Intelbras ou equivalente técnico	UND	632028	3
6	Switch PoE 5 portas, padrão IEEE 802.3af/at, Intelbras ou equivalente técnico	UND	320267	2
7	HD para videomonitoramento 6TB, próprio para gravação contínua 24/7	UND	465003	1
8	Nobreak 650VA bivolt, autonomia mínima para equipamentos de rede	UND	631143	6
9	Nobreak senoidal 1250VA bivolt	UND	626903	1
10	Cabo de rede CAT5e 100% cobre	METRO	623747	1830 m
11	Caixa de proteção externa Intelbras VBOX1100	UND	304744	32
12	Plug RJ45 macho CAT5e -	UND	626230	200
13	Patch cord CAT5e 1,5m	UND	437666	10
14	Bandeja para rack 19"	UND	628167	3
15	Organizador de cabos para rack 19"	UND	356633	6
16	Frente falsa para rack 19"	UND	399599	6
17	Porca gaiola com parafuso para rack	UND	630993	50

4. Requisitos da contratação

4.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser:

- novos;
- originais de fábrica;
- acompanhados de manuais e documentação técnica.

4.2. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses, conforme disposições do Código de Defesa do Consumidor.

4.3. A contratada será responsável por eventuais substituições de equipamentos defeituosos durante o período de garantia.

4.4. Justificativa para aquisição do Gravador Digital de Vídeo (NVR) Intelbras iNVD 3032 ou equivalente técnico devidamente comprovado.

A aquisição do Gravador Digital de Vídeo em Rede (NVR) modelo iNVD 3032 justifica-se pela necessidade de dispor de uma solução centralizada, robusta e confiável para o armazenamento, gerenciamento e visualização das imagens captadas pelo sistema de CFTV a ser implantado no âmbito do campus.

O equipamento em questão foi desenvolvido especificamente para projetos de videomonitoramento IP, permitindo o gerenciamento simultâneo de até 40 câmeras, com suporte a imagens de alta resolução (até 16 MP), garantindo elevado nível de detalhamento e qualidade das gravações. Tal capacidade é essencial para atender à demanda institucional de cobertura ampla das áreas monitoradas.

Além disso, o NVR possui recursos avançados embarcados, como compressão eficiente de vídeo (H.265/H.264), detecção inteligente de eventos, reconhecimento de pessoas e veículos, e funcionalidades de análise de vídeo, o que contribui para maior eficiência na segurança patrimonial e na resposta a incidentes.

Destaca-se que o equipamento opera com sistema próprio embarcado, dispensando a necessidade de aquisição de licenças adicionais de software para funcionamento básico, o que reduz custos recorrentes e simplifica a operação pelo próprio campus. Essa característica está alinhada ao modelo adotado nesta contratação, no qual a empresa contratada será responsável apenas pela implantação do sistema, enquanto a operação será realizada pela equipe interna da instituição.

Adicionalmente, o equipamento apresenta compatibilidade com protocolos amplamente utilizados (como ONVIF), possibilitando integração com câmeras e dispositivos de diferentes fabricantes, conferindo maior flexibilidade e evitando dependência tecnológica exclusiva.

Por fim, a escolha do modelo com capacidade para 40 canais proporciona escalabilidade ao sistema, permitindo futuras expansões sem a necessidade de substituição do gravador, atendendo ao princípio da economicidade e planejamento eficiente da contratação pública.

Dessa forma, a aquisição do referido equipamento mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para atender às necessidades institucionais de segurança e monitoramento eletrônico.

#### **4.5. Justificativa da padronização da marca Intelbras**

A indicação da marca Intelbras justifica-se pela necessidade de compatibilidade técnica com a infraestrutura de videomonitoramento já existente no IFMT – Campus Confresa, a qual utiliza solução nativa desse fabricante. A adoção de equipamentos da mesma marca garante integração plena entre câmeras, gravadores, softwares de gerenciamento e demais componentes do sistema, evitando incompatibilidades operacionais, limitações de funcionalidades e necessidade de conversões ou adaptações técnicas.

A padronização também proporciona maior eficiência na operação e manutenção do sistema, uma vez que a equipe técnica do campus já possui familiaridade com o ambiente Intelbras, seus softwares, protocolos e procedimentos de configuração, reduzindo o tempo de implantação, custos de treinamento e riscos operacionais.

Além disso, a utilização de solução do mesmo fabricante assegura melhor interoperabilidade entre os dispositivos, uniformidade de interface de gerenciamento, centralização de atualizações e suporte técnico unificado, contribuindo para maior confiabilidade, estabilidade e continuidade do serviço de videomonitoramento.

Destaca-se, ainda, que a adoção de equipamentos de fabricantes distintos poderia comprometer a integração com o sistema existente, limitar funcionalidades nativas, dificultar o gerenciamento centralizado e gerar custos adicionais com licenças, softwares intermediários ou equipamentos complementares.

Dessa forma, a indicação da marca Intelbras encontra respaldo na necessidade de padronização tecnológica, compatibilidade com a solução já implantada, economicidade administrativa, eficiência operacional e mitigação de riscos técnicos, admitindo-se a indicação de marca quando tecnicamente justificada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. O prazo para fornecimento, instalação e configuração do sistema será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

5.2. A instalação ocorrerá nas dependências do:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Confresa no endereço: Avenida Vilmar Fernandes, Santa Luzia, nº 300, CEP: 78.652-000 - Confresa-MT.

5.3. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

Recebimento provisório: no momento da entrega dos equipamentos.

Recebimento definitivo: após verificação da conformidade e funcionamento do sistema.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6.1. Princípios de Gestão e Fiscalização

6.1.1. A execução do contrato deverá ser conduzida de forma fiel aos termos contratuais, às normas da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, respondendo as partes pela inexecução total ou parcial, inclusive por danos causados à Administração.

6.1.2. A gestão do contrato será realizada por servidor(es) designado(s) formalmente, com atribuições expressas de acompanhamento, fiscalização e controle das atividades da contratada, de acordo com os arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes dos Decretos regulamentares.

### 6.2. Órgãos e Agentes de Gestão

#### Gestor do Contrato

6.2.1. O Gestor do contrato é o responsável pela coordenação geral do acompanhamento e da fiscalização do contrato, devendo:

- a) organizar e atualizar o processo de execução contratual e seus registros;
- b) acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- c) formalizar comunicados, notificações e registros relacionados à execução;
- d) conduzir e articular o tratamento administrativo de não conformidades, glosas, sanções e ações corretivas;
- e) elaborar relatórios periódicos de desempenho contratual, acompanhando indicadores, prazos e resultados, bem como pontos de atenção;
- f) encaminhar ao órgão superior as ocorrências que extrapolem sua competência, com proposta de providências;
- g) coordenar reuniões de início, acompanhamento e encerramento do contrato.

#### Fiscal Técnico do Contrato

6.2.2. O Fiscal Técnico é o servidor designado para acompanhar diretamente a execução técnica do objeto, devendo:

- a) verificar o atendimento às especificações do Termo de Referência, planos, cronogramas e normas técnicas;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução técnica, bem como orientar medidas corretivas;
- c) emitir notificações para correção de não conformidades, determinando prazos e ações necessárias;
- d) informar o gestor do contrato sobre quaisquer fatos que possam comprometer o cumprimento das condições, prazos ou qualidade técnica;
- e) comunicar, em tempo hábil, ao gestor a conclusão ou eventuais entraves da execução técnica.

#### Fiscal Administrativo do Contrato

6.2.3. O Fiscal Administrativo atuará no acompanhamento de aspectos administrativos e documental, devendo:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada ao longo da execução;
- b) acompanhar o empenho, liquidação, pagamento, garantias, glosas e formalizações de aditivos;
- c) solicitar documentos comprobatórios sempre que necessário e instruir eventuais fluxos de regularização;
- d) zelar pelo cumprimento dos requisitos legais de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

### 6.3. Atribuições Específicas

#### Notificações e Correções

6.3.1. Identificada qualquer irregularidade ou defeito na execução, o Fiscal Técnico comunicará formalmente a contratada e ao Gestor, estipulando prazo para regularização das não conformidades.

6.3.2. Caso as falhas persistam após prazo concedido, serão adotadas as sanções administrativas cabíveis, observando-se ampla defesa e contraditório, nos termos dos arts. 146 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### Relatórios e Documentações

6.3.3. O Gestor do contrato deverá elaborar relatório de acompanhamento ao final da execução, contendo:

- a) atividades realizadas;
- b) conformidade das entregas;
- c) cronogramas efetivos e eventuais desvios;
- d) indicadores de desempenho;
- e) eventuais ocorrências e providências.

6.3.4. Ao final da execução contratual, o Gestor deverá consolidar relatório final de desempenho com todas as análises, lições aprendidas, resultados e recomendações.

### 6.4. Acompanhamento e Registro de Ocorrências

6.4.1. Todas as ocorrências, inclusive notificações, requerimentos, análises, pareceres, atestados de conformidade e demais comunicações deverão ser registradas no sistema de gerenciamento de contratos utilizado pela instituição, observando forma escrita e eletrônica quando aplicável.

6.4.2. O Gestor e os fiscais deverão manter arquivo físico e eletrônico das comunicações, decisões e documentos correlatos à execução.

### 6.5. Reunião de Acompanhamento

6.5.1. No início da execução, se se fizer necessário, deverá ser realizada reunião formal de integração de equipe, na qual serão apresentados:

- plano de fiscalização;
- metodologia de acompanhamento e aferição de resultados;
- papéis e responsabilidades;
- canais oficiais de comunicação;
- procedimentos de notificação de não conformidades.

6.5.2. Poderão ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, sempre que houver necessidade de alinhamentos técnicos ou administrativos.

### 6.6. Controle Documental

6.6.1. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitada, toda a documentação exigida em lei ou no instrumento contratual, incluindo:

- a) comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista;
- b) certificados de garantia;

- c) relatórios técnicos de instalação, configuração e testes;
- d) documentação de homologação, configuração e integração de sistemas.

## 6.7. Avaliação de Desempenho e Sanções

6.7.1. Durante a execução, a contratada poderá ser avaliada com base em indicadores objetivos definidos no plano de fiscalização, tais como:

- conformidade técnica;
- prazo de entrega;
- cumprimento de cronograma;
- atendimento a chamados e correções;
- qualidade das soluções entregues.

6.7.2. Descumprimento contratual poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observando ampla defesa e contraditório.

## 6.8. Interrupção, Suspensão ou Alterações Contratuais

6.8.1. Caso haja necessidade de suspensão ou interrupção por motivo de serviço essencial ou determinação administrativa, o contrato poderá ser automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante apostila de alteração.

6.8.2. Alterações contratuais que não impliquem modificação do objeto deverão ser formalizadas por apostila de contrato, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se a preservação do equilíbrio econômico-financeiro quando aplicável.

## 6.9. Comunicação Oficial

6.9.1. Todas as comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito, podendo ser utilizadas também mídias eletrônicas válidas, garantindo rastreamento, protocolo e controle documental.

# 7. Critérios de medição e pagamento

## 7.1 Critérios Gerais de Medição e Pagamento

7.1.1. O pagamento será realizado em parcela única, condicionado à verificação da efetiva entrega e instalação integral do objeto contratado, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável.

7.1.2. A medição será realizada após a conclusão da entrega e instalação do objeto, mediante conferência pelo Gestor do Contrato e pelos Fiscais designados, observando-se o disposto na Lei nº 14.133, especialmente nos arts. 115 a 119, bem como demais normas de fiscalização e controle aplicáveis à Administração Pública.

7.1.3. Nenhum pagamento será efetuado antes da verificação da conformidade do objeto entregue e instalado com as especificações técnicas, quantitativos e demais condições previstas neste Termo de Referência.

## 7.2 Medição da Entrega e Instalação

7.2.1. A medição será realizada em ato único, após a entrega e instalação integral do objeto contratado.

7.2.2. A aferição considerará, no mínimo, os seguintes critérios:

- a) Conformidade técnica, verificando-se o atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência;



- b) Conformidade quantitativa, mediante conferência da totalidade das unidades entregues e instaladas;
- c) Conformidade qualitativa, avaliando-se as condições de funcionamento, acabamento e adequação do objeto entregue;
- d) Adequação da instalação, assegurando que os itens foram instalados corretamente e em condições adequadas de uso;
- e) Cumprimento de prazos, observando-se o prazo de entrega e instalação estabelecido no cronograma contratual;
- f) Documentação obrigatória, incluindo apresentação de nota fiscal, garantias, certificados ou manuais, quando aplicável.

7.2.3. A medição será formalizada por meio de Relatório ou Termo de Recebimento do Objeto, devidamente assinado pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato, documento que servirá de base para a autorização do pagamento.

### 7.3 Liquidação da Despesa

7.3.1. Para fins de liquidação da despesa, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada pela contratada contém os elementos necessários e essenciais, tais como:

- I – prazo de validade do documento;
- II – data de emissão;
- III – identificação do contrato e do órgão contratante;
- IV – descrição do objeto e período correspondente de execução contratual;
- V – valor a pagar;
- VI – eventual destaque das retenções tributárias cabíveis.

7.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo de pagamento após a regularização da situação, sem ônus para a Administração.

### 7.4 Verificação da Regularidade Fiscal

7.4.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, a qual será verificada mediante consulta ao sistema da SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133.

7.4.2. A Administração realizará consulta ao SICAF para:

- I – verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- II – identificar eventual impedimento de contratar com a Administração Pública.

7.4.3. Constatada irregularidade fiscal, a contratada será notificada para que regularize sua situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo esse prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

7.4.4. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes e eventual rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### 7.5 Prazo e Forma de Pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal ou Fatura e da formalização do recebimento definitivo do objeto, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133.

7.5.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.5.3. Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

### 7.6 Retenções Tributárias

7.6.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

7.6.2. Independentemente dos percentuais indicados pela contratada, serão retidos na fonte os tributos previstos na legislação vigente.

7.6.3. A contratada optante pelo regime do Lei Complementar nº 123 – Simples Nacional – não sofrerá retenção tributária quanto aos tributos abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação de sua condição mediante documento oficial.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8.1 Seleção do fornecedor

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, na modalidade dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da necessidade de implantação tecnológica da solução de videomonitoramento a ser implantada, visando garantir compatibilidade com a infraestrutura existente, integração entre os equipamentos, uniformidade operacional, facilidade de manutenção e economicidade administrativa.

A implantação tecnológica justifica-se pela necessidade de compatibilidade com a infraestrutura existente no campus, que utiliza solução de videomonitoramento com software nativo e arquitetura própria, de modo que a adoção de equipamentos distintos poderia comprometer a integração do sistema, elevar custos de operação, dificultar a manutenção e reduzir a eficiência da solução.

8.1.2. A contratação será precedida da realização de pesquisa de preços, com o objetivo de verificar a compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

### 8.2 Critério de Julgamento da Proposta

8.2.1. O critério de julgamento das propostas será o **menor preço global**, considerando o conjunto do fornecimento, instalação, configuração e entrega em pleno funcionamento do sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV.

8.2.1.1. O critério de menor preço global justifica-se porque os equipamentos requeridos (NVRs e HDs) formam uma solução única e interdependente, cuja eficiência depende do fornecimento conjunto. A separação dos itens comprometeria o desempenho do sistema, aumentaria riscos de incompatibilidade e dificultaria o suporte técnico. A aquisição integral também assegura economia de escala, padronização dos equipamentos, garantia unificada e maior previsibilidade operacional, tornando o julgamento global a opção mais vantajosa para a Administração.

8.2.2. A proposta apresentada deverá contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo:

- I – fornecimento dos equipamentos;
- II – materiais necessários à instalação;
- III – mão de obra especializada;
- IV – instalação e configuração do sistema;
- V – testes de funcionamento;
- VI – garantia dos equipamentos e da instalação.

8.2.3. A garantia poderá ser prestada diretamente pelo fabricante, no prazo de 12 (doze) meses, mediante declaração formal, ou, na ausência desta, deverá ser assumida integralmente pela empresa vencedora do certame, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais.

8.2.4. A garantia dos produtos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5. A garantia abrangerá a substituição integral dos produtos com defeito de fabricação ou vício de qualidade, e incluirá a cobertura de todos os custos relacionados à execução da garantia, tais como frete, transporte, embalagem,

mão de obra técnica e deslocamento, conforme especificações contidas neste Termo de Referência. O atendimento à solicitação de garantia deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração.

### **8.3 Regime de Execução do Contrato**

8.3.1. O regime de execução do contrato será indireto, mediante contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação do sistema de CFTV.

8.3.2. A execução do objeto ocorrerá em parcela única, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração e entrega do sistema em pleno funcionamento, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

### **8.4 Verificação Prévia à Contratação**

8.4.1. Previamente à formalização da contratação, a Administração verificará se o fornecedor selecionado atende às condições necessárias para contratar com o Poder Público.

8.4.2. Para esse fim, serão realizadas consultas aos seguintes cadastros oficiais:

- a) SICAF;
- b) CEIS;
- c) CNEP.

8.4.3. A consulta será realizada em nome da empresa e de seu sócio majoritário, conforme disposições da Lei nº 8.429.

### **8.5 Habilitação Jurídica**

Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I – inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente;
- III – documento de identificação do representante legal da empresa.

### **8.6 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados:

- I – prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- II – prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- III – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

### **8.7 Qualificação Técnica**

8.7.1. Para comprovação da qualificação técnica, o fornecedor deverá demonstrar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação.

8.7.2. A comprovação será realizada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços de fornecimento e instalação de sistemas de monitoramento por CFTV ou sistemas equivalentes.

8.7.3. Os atestados deverão conter, no mínimo:

- I – identificação da entidade emissora;
- II – descrição do objeto executado;
- III – período de execução;
- IV – declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

8.7.4. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 65.486,34

### 9.1. Estimativa de Valor

9.1.1. O valor estimado da contratação foi apurado considerando:

- pesquisa de preços de mercado atualizada;
- orçamentos fornecidos por empresas especializadas;
- histórico de contratações similares;
- quantitativos, especificações e condições do objeto.

9.1.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 65.486,34 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos), conforme mapa de preços que consta nos autos do processo.

9.1.3. Foram realizadas pesquisas de preços, mediante consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (pncp.gov.br), além de consultas a sites de lojas especializadas e diretamente com empresas especializadas na área de atuação do objeto, onde foram identificadas aquisições similares em outros órgãos públicos. A partir dessas referências, chegou-se a um preço aritmético da média estimado de R\$ 63.485,25 (sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), sendo que os produtos estão devidamente compatíveis com a descrição e as especificações técnicas da presente demanda, de acordo com o art. 23, § 1º, I e II, da lei 14.133/2021.

### 9.2. Atualização e Ajustes

9.2.1. O valor estimado poderá ser atualizado mediante verificação de mercado antes da licitação, considerando:

- inflação ou variação de insumos;
- reajustes legais ou normativos;
- alterações no escopo ou quantitativos.

9.2.2. Qualquer ajuste deverá ser formalizado em aditivo ou nota técnica, garantindo rastreabilidade e conformidade com a legislação vigente.

### 9.3. Fundamentação Legal

9.3.1. A estimativa de valor é obrigatória para fins de planejamento, reserva orçamentária e avaliação de proposta, conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que a contratação seja econômica, eficiente e compatível com a realidade de mercado.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral da União**, observadas as disposições da Lei nº 14.133 e demais normas aplicáveis à execução orçamentária e financeira da Administração Pública.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

**Natureza de despesa:** 449000

**Saldo orçamentário anual:** R\$: 422.908,02

**Fonte:** 1000

**Ação:** 20RL

**PTRES:** 231674

**PI:** L20RLP0101N

**UGR:** 158496

10.3. Caso a execução contratual ultrapasse o exercício financeiro vigente, a dotação relativa aos exercícios subsequentes será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AGNALDO GONCALVES BORGES JUNIOR**

Autoridade competente

**EVELIZE PIPINO GARUTTI**

Membro da comissão de contratação

**PEDRO HENRIQUE FREIRE CARDOSO**

Membro da comissão de contratação

